

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LAÍLIAN ANDRADE DE LIMA

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE –
FNO: EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO NA REGIÃO
CENTRO SUL DO ESTADO DE RONDÔNIA – BRASIL**

**ARTIGO CIENTÍFICO
Trabalho de conclusão de curso**

**Cacoal – RO
2016**

LAÍLIAN ANDRADE DE LIMA

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE –
FNO: EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO NA REGIÃO
CENTRO SUL DO ESTADO DE RONDÔNIA – BRASIL**

Artigo Científico apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia – UNIR –
Campus Prof. Francisco Gonçalves Quiles como
requisito para obtenção de grau de bacharel em
Ciências Contábeis.

Professora orientadora Dra. Maria Bernadete
Junkes, PhD.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Artigo Científico – TCC intitulado “Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO: Evolução dos programas de crédito na região centro sul do estado de Rondônia – Brasil”, elaborado pela acadêmica Laílian Andrade de Lima, foi avaliado pela banca examinadora em ____ de Junho de 2016, tendo sido _____.

Dra. Maria Bernadete Junkes, PhD
Presidente

Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato

Me. Geraldo da Silva Correia

Média

Cacoal – RO
2016

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE – FNO: EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO NA REGIÃO CENTRO SUL DO ESTADO DE RONDÔNIA – BRASIL

Laílían Andrade de Lima¹

RESUMO: O FNO tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em conformidade com os planos regionais de desenvolvimento. No período de 2005 a 2014, a Região Centro Sul do Estado de Rondônia absorveu cerca de 4% do valor total de contratações dos programas com recursos do FNO em toda Região Norte. Essa pesquisa teve como objetivo descrever a evolução das contratações dos programas de crédito do Banco da Amazônia S.A., com recursos do FNO, na Região Centro Sul do Estado de Rondônia no período de 2005 a 2014, bem como identificar os setores que apresentaram maior valor em contratações e as vantagens obtidas pelos micro e pequenos empresários, produtores e demais beneficiados pelos programas do FNO. A metodologia utilizada foi de pesquisa aplicada, com levantamentos de dados nos relatórios de gestão do FNO e outros materiais publicados pela própria instituição financeira. Como resultados do estudo, destacam-se o maior crescimento nas contratações ocorridas no exercício de 2012, a evolução foi de 289,45% na Região Centro Sul do Estado de Rondônia, 205,1% no Estado de Rondônia e 129,1% em toda Região Norte. O maior decréscimo das contratações na Região Centro Sul do Estado de Rondônia foi de 46,9%, e na Região Norte foi de 27,2%, ocorridos em 2011, e no Estado de Rondônia foi de 64,1% ocorrido em 2010. Houve um equilíbrio na distribuição de recursos em 2014, com 47,9 % do valor total contratado concedido ao setor rural, e 52,1% os demais setores. E as vantagens para os beneficiários de segmentos produtivos de menor porte, como produto, custo, prazo e carência adequados de acordo com o tipo de investimento e sua maturação. Finalmente verificou-se que a evolução nas contratações analisadas em uma grande região pode ser interpretada como tendência para as micro e pequenas regiões, mas não pode ser considerada assertiva quando o intuito é avaliar a real eficiência da instituição financeira em promover o desenvolvimento social em toda a Região Norte.

Palavras-chave: FNO; Financiamento; Programas de crédito;

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 criou os fundos constitucionais de financiamento, com o intuito solucionar a desigualdade existente entre as Regiões Sul e Sudeste do país em relação às demais regiões. Em seu artigo 159, inciso I, alínea “c”, prevê a obrigação de a União destinar recursos para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (BRASIL, 1988).

A Lei n.º 7.827/1989, posteriormente alterada pelas Leis n.º 9.126/1995 e n.º 10.177/2001, regulamentou os Fundos Constitucionais de Financiamento determinando a distribuição dos recursos e seus administradores. Desta maneira, concedeu a administração do Fundo Constitucional do Norte – FNO ao Banco da Amazônia S.A., que passou a proporcionar aos beneficiários recursos financeiros com juros baixos e ótimas condições de

¹ Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonsalves Quiles, com Artigo Científico – TCC elaborado sob a orientação da professora Dra. Maria Bernadete Junkes, PhD.

pagamentos, facilitando assim, o financiamento das atividades exercidas na região por micro e pequenas empresas e produtores rurais.

Sendo o Banco da Amazônia S.A., uma instituição financeira que há 73 anos é responsável pela operacionalização e gestão de políticas de financiamento para a Amazônia Legal, que representa 59,76% do território nacional com uma população de 24,2 milhões de habitantes, merece destaque quanto às contratações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

Com base nos relatórios anuais das atividades desenvolvidas e resultados obtidos com a gestão dos recursos do FNO, observa-se que a economia de todos os estados brasileiros que compõem a região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) foi impulsionada por meio da implantação dessas operações creditícias, e alguns estados vêm se destacando em números e valores totais de contratações com recursos do fundo, dentre eles o estado de Rondônia.

O Banco da Amazônia S.A., atua na região centro sul do estado de Rondônia a mais de 36 anos, desde a inauguração da agência de Cacoal em 1980, trabalhando para desenvolvimento da economia regional urbana e rural, financiando atividades nos segmentos de Agropecuária, Comércio e Serviços, Indústria, Agricultura Familiar, Turismo e Floresta.

Em 2016 essa região é atendida pelas agências localizadas nos municípios de Cacoal, Rolim de Moura e Pimenta Bueno, e abrangem também os municípios de Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Nova Brasilândia do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Parecis, Primavera de Rondônia, Santa Luzia do Oeste e São Felipe do Oeste.

Em decorrência da elevada rigidez orçamentária e do baixo volume de investimento público no Brasil, são recorrentes as solicitações de melhor qualidade e aplicação mais eficaz e eficiente dos recursos públicos. Mesmo com a evolução técnica de alguns órgãos de controle e avaliação, “o governo federal continua aplicando seus recursos sem a devida quantificação de sua eficácia” (SILVA; RESENDE; SILVEIRA NETO, 2007, p. 213).

Neste contexto a presente pesquisa teve como objetivo geral descrever a evolução das contratações dos programas de crédito do Banco da Amazônia S.A., com recursos do FNO, na região Centro-Sul do estado de Rondônia no período de 2005 a 2014. Os objetivos específicos que subsidiaram a análise constituem em identificar os setores que apresentaram maior valor em contratações, e identificar as vantagens obtidas pelos micro e pequenos

empresários, produtores e demais beneficiados pelos programas do FNO, com base na percepção da instituição financeira.

As escalas microrregionais e mesorregionais apresentam unidades geográficas mais extensas e internamente heterogêneas, por essa razão, é dificultada a mensuração dos impactos econômicos em estudos que consideram toda a região Norte.

Segundo Resende (2014), a avaliação dos impactos do FNO feita em grupos de municípios ou microrregiões, pode dar aos gestores da política mais subsídios para uma melhor forma de atuação na gestão dos recursos do fundo.

A viabilidade deu-se pela literatura documental, que aborda sobre o desenvolvimento diferenciado na região após a implantação dos recursos provenientes do governo, bem como a facilidade de se obter informações junto ao Banco da Amazônia S.A., nas agências de pesquisadas, em virtude do bom relacionamento que a instituição tem com os projetos de iniciação científica.

A metodologia utilizada foi à pesquisa de natureza aplicada, por envolver verdades e interesses locais. Se enquadrada como pesquisa exploratória e bibliográfica devido à busca de levantamento de informações realizada por meio de materiais disponibilizados no site oficial do Banco da Amazônia S.A., artigos periódicos, livros e questionários aplicados nas agências localizadas no município de Cacoal, Pimenta Bueno e Rolim de Moura. A abordagem da pesquisa foi mista, no intuito de descrever as características da região pesquisada de forma apropriada.

A contribuição da pesquisa consiste em apresentar para o meio acadêmico a relevância das contratações com recursos do FNO realizadas na região centro sul do estado de Rondônia no período de 2005 a 2014, e os benefícios decorrentes desses programas de créditos, que vem favorecendo políticas para o crescimento da região Norte. Por outro lado, demonstra a influência dos recursos do FNO no desenvolvimento da economia no interior do estado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção destina-se a apresentar os conceitos considerados importantes à realização dessa pesquisa e trata sobre financiamentos, recursos para financiamentos de projetos, estratégias para captação de recursos, características do Banco da Amazônia S.A., e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, além da caracterização socioeconômica da região objeto de estudo.

2.1 FINANCIAMENTO

Investimentos são necessários para permitir a estruturação inicial do empreendimento e a manutenção de suas atividades ao longo de sua vida útil, mas são necessários recursos financeiros para permitir esses investimentos. A organização deve determinar de que forma serão financiados os investimentos e reinvestimentos necessários, considerando a melhor opção em termos de estrutura e custo de capital, optando por uma composição de fontes de capital que equilibre seu endividamento sem comprometer excessivamente seu risco financeiro ou acarretar o aumento dos custos dos recursos (CORREIA NETO, 2009).

Segundo Chiavenato (2005), financiamento é uma forma de obtenção de recursos financeiros de terceiros para capital de giro, ativos circulantes temporários ou permanentes, bem como para investimento. Tem o intuito de captar fundos por um tempo determinado, como antecipação de futuras entradas de caixa, e pode ser classificado em dois grupos, conforme descrito no quadro 01.

Classificação	Objetivo	Tipos de operações	Finalidades
Financiamento de curto prazo	Levantar recursos destinados à manutenção de aplicações em créditos a clientes, aplicações de créditos em estoques, financiamento a clientes ou tratar de deficiências de fundos num período inferior a um ano;	Desconto de duplicatas	A empresa concede direitos sobre os valores a receber de seus clientes, e paga antecipadamente os juros e o desconto bancário de praxe para receber recurso para o financiamento de capital de giro;
		Empréstimos bancários em conta correntes	O banco comercial concede os recursos gradativamente de acordo com as necessidades e a disponibilidade de saldo na conta bancária da empresa;
		Crédito direto ao consumidor	O comprador final assina um contrato com uma sociedade de financiamento, que paga a compra à vendedora, e o produto fica com alienação fiduciária até o comprador pagar a última prestação;
		Crédito Mercantil	Proporcionado pelos fatores de produção que a empresa utiliza sem o pagamento instantâneo.
Financiamento de Médio e Longo Prazo	Levantar recursos destinados à compra de ativos fixos, e para expandir o capital de giro, os quais constituem os estoques, contas a receber, entre outros.	Fundos especiais de instituições públicas	Proveniente de receitas tributárias, de resultados de empréstimos internacionais ou de exercícios anteriores, e de depósito pública, à vista e a prazo fixo, canalizados para investimentos públicos ou privados por órgão governamentais;
		Recursos Captados no exterior	Empréstimos em moeda com recursos captados no exterior e aprovados pelo Banco Central do Brasil e pelos financiamentos de compras da empresa por fornecedores estrangeiros;
		Debêntures	Títulos de dívida emitidos pela própria empresa, para levantar grandes volumes de dinheiro no longo prazo;
		Recursos próprios	São o Capital Social, as Reservas de Lucros Acumulados, e itens que integram o patrimônio líquido do balanço.

Quadro 01: Financiamentos.

Fonte: Chiavenato (2005), adaptado pela autora.

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Nacional (2005) há três tipos básicos de apoio a projetos, conforme descrito no quadro 02. No financiamento de projetos as liberações de recursos são feitas pelas agências à medida que os gastos são comprovados e de acordo com o projeto apresentado, por essa razão, torna-se necessário o detalhamento da utilização dos recursos. Já no financiamento para capital de giro, crédito pessoal ou desconto de duplicatas, o tomador recebe o recurso e o aplica como desejar.

Financiamento sem Retorno ou a Fundo Perdido	Recursos concedidos para entidades governamentais ou instituições sem fins lucrativos, e existem normalmente para projetos nas áreas de ciência e tecnologia, meio ambiente, exportação ou para projetos de interesse social;
Financiamento com Retorno	Recurso que exige remuneração do capital emprestado através da taxa fixa e da taxa de juros de longo prazo (TJLP) somada com o <i>spread</i> básico e o <i>spread</i> do agente/risco ² . Durante o período de carência ocorre o pagamento de juros e correção monetária, para empresa gerar recursos e efetuar os pagamentos futuros do empréstimo contratado;
Capital de risco	Recursos aplicados em empresas por investidores, através de aquisição de ações ou direitos de participação, tais como debêntures conversíveis e bônus de subscrição, com expectativa de rápido crescimento e elevada rentabilidade.

Quadro 02: Tipos básicos de apoio a projetos.

Fonte: SENAI-DN (2005), adaptado pela autora.

2.2 RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS

Segundo Ferreira (2004), a palavra projeto, do latim *projectu*, é uma ideia que se forma para executar ou realizar algo no futuro, plano, intento, desígnio. Não existe uma classificação única para os projetos, mas comumente são especificadas conforme o quadro 03.

Quanto ao setor de atividade	Sector primário: projetos agrícolas, pecuários, agropecuários e de mineração; Sector secundário: projetos industriais e agroindustriais; Sector terciário: projetos comerciais e de serviços;
Quanto à natureza do investidor	Projetos públicos ou governamentais; Projetos privados ou empresariais; Projetos público-privados;
Quanto ao objetivo do investimento	Projetos de implantação; Projetos de ampliação ou de expansão; Projetos de modernização ou de racionalização; Projetos de inovação ou de diversificação; Projetos de reposição ou substituição; Projetos em RH (Recursos Humanos) em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento);
Quanto às relações entre investimentos	Projetos independentes; Projetos dependentes (Projetos mutuamente exclusivos e projetos substitutos);
Quanto à cronologia dos fluxos de caixa	Projetos convencionais (uma única mudança de sinais entre seus custos e receitas); Projetos não convencionais (mais de uma variação de sinais entre seus custos e receitas).

Quadro 03: Classificação para projetos de investimentos.

Fonte: Ferreira (2009), adaptado pela autora.

² O *spread* é a taxa de juros que compõe o custo financeiro total de empréstimo. O *spread básico* remunera a atividade operacional das instituições financeiras, e o *spread do agente* ou *spread de risco* é a taxa de juros que representa o ganho da instituição financeira no caso da operação ser descentralizada.

Segundo Correia Neto (2009), o projeto é constituído de informações relevantes sobre o empreendimento, e considerado um importante instrumento para permitir a tomada de decisão. Para realização de um determinado empreendimento, o projeto pode ser entendido como uma ferramenta de gerenciamento ou como um instrumento de avaliação de viabilidade econômico-financeira e serve para indicar sua viabilidade, a remuneração do capital investido, as necessidades de recursos, das restrições, dos requerimentos técnicos e mercadológicos e as necessidades de financiamento e investimento. As fontes de recursos para financiamento de um projeto podem ser categorizadas de forma geral como fontes de recursos internas e fontes de recursos externas, conforme o descrito no quadro 04.

Fontes de Recursos	Internas	Externas
Principais características	Formadas pelo capital próprio e compostas pelos recursos disponibilizados ao empreendimento por parte dos seus cotistas ou acionistas.	Formadas pelo capital de terceiros e compostas por todo recurso investido no empreendimento originado de alguma dívida contraída junto a terceiros.
Vantagens	Não haver exigibilidade do retorno.	Expectativa de menor custo do capital de terceiros em relação ao capital próprio, levando em consideração o menor risco assumido pelo credor em relação ao risco assumido pelo proprietário.
Desvantagens	A remuneração do capital próprio representa o custo da organização, que é determinado de acordo com o risco apresentado pelo projeto.	O risco financeiro assumido da organização não gerar caixa suficiente para amortizar a dívida e pagar os juros.

Quadro 04: Fontes de recursos para financiamento de projetos.

Fonte: Correia Neto (2009), adaptado pela autora.

A operacionalização da oferta de recursos para financiamento de projetos no Brasil é feita por diversas instituições estaduais, federais e estrangeiras. As agências possuem algumas características comuns e outras específicas, no entanto, são utilizadas variações de linguagem e padrões de apresentação até mesmo para as características comuns. As tendências comuns nas operações de financiamentos de projetos são: o favorecimento de pequenas e médias empresas; atendimento em condições privilegiadas para regiões menos desenvolvidas do País; preocupação com o meio ambiente; formação de parcerias e redes entre agências e tomadores de empréstimo; e a visão integradora de cadeias produtivas, *clusters* ou arranjos produtivos locais (SENAI-DN, 2005).

2.3 ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS

A captação de recursos é um processo baseado em relacionamentos, compromissos e parcerias de longo prazo. Antes de qualquer ação, ela deve ser muito bem

planejada. Seu conceito pode ter várias definições, e para algumas pessoas pode ser definido como:

“[...] encontrar quem participe dos riscos das boas ideias; buscar recursos no organismo externo; é ter uma necessidade e precisar convencer pessoas ou instituições a colocar recursos, além de mostrar como a instituição beneficiária irá retornar o investimento” (MELO; LEITÃO, 2007, p.14).

Para as instituições financeiras, conceder financiamentos ou empréstimos equivale a vender um crédito, e comprar o risco de não ter de volta o reembolso dos valores concedidos. Por essa razão, para definir o risco da concessão de crédito para determinado projeto, são utilizadas as políticas de crédito da instituição financeira. Uma forma de classificação de risco do cliente dá-se ao associar as variáveis risco de capital, risco de endividamento e risco indireto (SOUZA, 2001).

Para a criação de um projeto que se adapte às necessidades de financiamento da empresa, e que seja aceito pela instituição financeira é necessária estratégia de captação de recursos. A finalidade da estratégia pode ser definida como:

Estabelecer quais serão os caminhos, os cursos, os programas de ação que devem ser seguidos para serem alcançados os objetivos, desafios e metas estabelecidos. O conceito básico da estratégia está relacionado à ligação da empresa com o seu ambiente, que é externo e não controlável. E, nessa situação a empresa procura definir e operacionalizar estratégias que maximizam os resultados da intenção estabelecida. (OLIVEIRA, 2013, p.187).

Ao elaborar um projeto de investimento, estruturando seus diversos quadros mediante processo orçamentário (incluindo previsão de vendas, de lucro, das demonstrações contábeis, entre outros), a empresa visa utilizar esses dados com o intuito de demonstrar à instituição financeira a viabilidade do projeto de financiamento através de análise econômico-financeira. Os projetos independentes são classificados pelas empresas como projetos aprovados e projetos rejeitados, através de alguma técnica de análise, como por exemplo, o valor presente líquido, a taxa interna de retorno, o índice de rentabilidade, etc. Contudo, por não haver recursos disponíveis para a implantação de todos os projetos aprovados, se faz necessária a definição de quais serão definitivamente implantados, e quais serão descartados (SOUZA, 2001).

Segundo Melo e Leitão (2007), a maioria dos projetos de captação de recursos apresenta as etapas descritas no quadro 05, sendo importante conhecer também onde buscar informações para subsidiar o desenvolvimento do projeto. Os dados essenciais para seu desenvolvimento são classificados em duas grandes modalidades, sendo elas:

1. Dados primários: dados que necessitam ser encontrados, ou seja, gerados por um pesquisador para validar uma determinada etapa do projeto;
2. Dados secundários: informações que já foram pesquisadas e estão à disposição para estudos.

Elaboração da proposta	Fase inicial do projeto, que é principalmente a determinação ou constatação de um problema que deve ser estudado. São idealizadas possibilidades de solução ou de respostas, e recursos a serem utilizados.
Planejamento	Onde ocorre a definição dos objetivos que serão alcançados e como as metas projetadas serão executadas, além de verificar as dificuldades e/ou facilidades que o projeto enfrentará. Refere-se à organização do projeto, a ideia que ele deve mostrar, de que maneira os colaboradores deste processo conseguem identificar seu papel, o cronograma e o orçamento. Devem ser obtidas mais informações, qualitativas e quantitativas, para que as metas e os objetivos possam ser mais bem mensurados, com o intuito de aumentar os acertos.
Desenvolvimento	Execução dos objetivos.
Análise e documentação	Comunicação dos resultados.

Quadro 05: Etapas do projeto.

Fonte: Melo e Leitão (2007), adaptado pela autora.

Algumas opções de crédito para financiamento, como por exemplo, os fundos de desenvolvimento regional, exigem que os projetos a serem financiados possuam assistência técnica, incluindo apoio ao desenvolvimento gerencial, tecnológico e contábil. Sendo assim, a estrutura que compõe projeto deve ser feita de acordo com sua natureza ou da metodologia aplicada pela instituição a ela relacionada. (MORAIS; NEGRI; KUBOTA, 2008).

De acordo com Souza (2001), os três indicadores com maior significância no processo decisório para concessão de empréstimos/financiamentos são o retorno sobre o patrimônio líquido, a taxa interna de retorno e a liquidez da empresa/projeto, medida pelo índice de liquidez corrente. A experiência pessoal do analista da instituição financeira também será utilizada como parâmetro, além dos critérios técnicos, mediante a análise e observação dos projetos já analisados anteriormente.

2.4 BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Em 1942, o Decreto-Lei nº 4.451 criou o Banco de Crédito da Borracha S.A., com o intuito de financiar a produção de borracha para os países aliados durante a 2ª Guerra Mundial. E a Lei nº 5.122, de 1966, o reestruturou, tornando este um banco de estímulo para desenvolvimento econômico e social da região norte, e o rebatizou como Banco da Amazônia S.A., popularmente conhecido como BASA.

De acordo com seu Estatuto Social, essa instituição financeira pública federal tem como objetivo social executar na Região Amazônica, a política do Governo Federal relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social, prestar serviços e realizar todo tipo de atividade bancária e exercer funções de agente financeiro dos órgãos regionais federais de desenvolvimento.

Por ser um banco regional, e ter estratégias de gestão definidas conforme o quadro 06, o Banco da Amazônia S.A. aplica os recursos captados em benefício de sua própria região, proporcionando a regionalização do desenvolvimento econômico com os próprios recursos. Através desta gestão estratégica dos recursos do FNO, o banco proporciona a região Norte um grande crescimento em diversas áreas da economia nacional, evidenciando a importância desta instituição para todo o país.

Missão	Promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, através da execução de políticas públicas e ofertas de produtos e serviços financeiros;
Visão	Ser reconhecido como Banco de resultados sólidos, parceiro no desenvolvimento sustentável da Amazônia, que oferece produtos e serviços de qualidade, com processos eficientes e colaboradores capacitados e motivados;
Valores	Ética e transparência; Compromisso com o Desenvolvimento sustentável; Proatividade; Respeito à diversidade; Agente de mudança; Gestão Compartilhada; Desenvolvimento de Competências e Meritocracia; Relacionamento e comunicação; Decisões Colegiadas.

Quadro 06: Estratégias de gestão.

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015), adaptado pela autora.

Por meio dos Planos de Aplicação de Recursos, elaborados de acordo com as políticas do Governo Federal e publicados pelo Banco da Amazônia S.A., expõem para todos os clientes e colaboradores as estratégias de condução da política de crédito da Instituição. Reafirmando desta forma, seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Região, inserindo em sua política de atuação o fortalecimento da ação creditícia, com o intuito de impulsionar os negócios sustentáveis, possibilitando mais oportunidade de trabalho e renda à população local, assim como, o crescimento da economia regional.

De acordo com o Plano de Aplicação de recursos financeiros do FNO, a meta de contratações estabelecida para o exercício de 2014 era de R\$ 5.400 milhões, e foram contratados R\$ 5.356,9 milhões que correspondem a 99,2 % da meta estabelecida para o exercício. Quando comparada as contratações do exercício de 2013, as contratações do FNO realizadas em 2014 apresentaram uma evolução de 13,5%, e os estados que se destacaram na consecução de metas previstas para o período foram Rondônia (132,2%), Tocantins (113,3%) e Pará (106,6%). Já os estados que na consecução de metas tiveram desempenho abaixo do esperado foram Amapá (27,6%) e Roraima (15,9%), ocorrendo também retração das

contratações quando comparadas ao exercício de 2013 (BANCO DA AMAZÔNIA S.A., 2015).

Os Planos de Aplicação dos Recursos têm como finalidade orientar a atuação do Banco da Amazônia S.A., na Região visando à máxima eficiência na alocação dos recursos sob sua gestão, com o intuito de cumprir com sua missão institucional de promover o desenvolvimento em bases sustentáveis, contribuindo para inclusão social, a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a minimização das desigualdades inter e intra-regionais.

2.5 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE – FNO

De acordo com a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal (BRASIL, 1989), a união entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e provento de qualquer natureza e sobre produtos industrializados:

Três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer.

A Lei nº 7.827 de 1989 (BRASIL, 1989), criada para regulamentar esta alínea, e criar os Fundos Constitucionais de financiamentos regionais, determina em seu 1º artigo:

Ficam criados o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para fins de aplicação dos recursos de que trata a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, os quais se organizarão e funcionarão nos termos desta Lei.

De acordo com o inciso II do parágrafo único do art. 6 da Lei nº 7.827 de 1989 (BRASIL, 1989), 0,6 (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devem ser destinados para o Fundo de Financiamento do Norte – FNO. Esse percentual equivale a 20% (vinte por cento) do percentual total destinado aos Fundos de Financiamento Regionais. No art. 16 dessa mesma Lei, o Banco da Amazônia S.A. foi determinado como administrador do FNO, e responsável por gerir o fundo de acordo com as exigências que estipula esta Lei.

O FNO tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em conformidade com os planos regionais de desenvolvimento. A área de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte é a região Norte, formada por sete Estados, Acre,

Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. Esta área contempla um espaço territorial de 3.853.327,3 km², e é composta por 450 municípios.

Os recursos do FNO podem ser acessados por pessoas físicas e jurídicas, além de associações e cooperativas de produção instaladas na região Norte, que atuem em atividades dos setores agroindustrial, agropecuário, comercial, exportação, industrial, mineral, serviços, tecnológico e turístico. Suas linhas de crédito são destinadas ao financiamento do investimento para implantação, ampliação, modernização e realocização de empreendimentos. Caso estejam associados ao financiamento do investimento, também é possível financiar capital de giro, aquisição de matéria-prima, insumos e formação de estoques para vendas (CNI, 2013).

Em sua pesquisa Almeida Junior, Silva e Resende (2007) concluíram que os fundos constitucionais de financiamento não são prioritariamente direcionados para os estados ou municípios de menor IDH-M ou de menor renda *per capita*. O que indica que seus empréstimos respondem fortemente à demanda de empresas em municípios que já possuem maior dinamismo econômico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumentando a desigualdade intra-regional e reduzindo as desigualdades inter-regionais.

O Fundo é operacionalizado por linhas de crédito de programas de financiamento, conforme o descrito no quadro 07. Programas como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família (PRONAF), Programa Piloto de Microfinanças, Amazônia Florescer em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entre outros, está sendo propulsor de inúmeros resultados positivos de avanços para a redução do êxodo rural, a criação de novas oportunidades de trabalho, a mitigação da pobreza, a inclusão social, o fortalecimento da economia de base familiar, o crescimento das micro e pequenas empresas, o incremento do valor bruto da produção e de PIB regionais, a elevação da arrecadação tributária estadual, a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais, entre outros benefícios.

As diretrizes do FNO prevê a concessão de crédito para projetos de inovação de empresas e parques tecnológicos, o apoio a instituições de ensino e pesquisa voltadas ao desenvolvimento tecnológico, e a capacitação tecnológica de setores tradicionais, além do incentivo a projetos e a setores que complementam a base industrial, a modernização de empresas, a incorporação de tecnologias e de novos métodos de gestão, a capacitação da mão-de-obra e a busca do adensamento de cadeias produtivas. A concentração dos financiamentos em projetos voltados às vocações regionais, como as agroindústrias produtoras de alimentos processados e o turismo, além do apoio ao desenvolvimento da infraestrutura econômica,

ocorre em decorrência do desenvolvimento da economia da Região Norte, fortemente baseado na utilização de recursos naturais (MORAIS; NEGRI; KUBOTA, 2008).

PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO
FNO-Pronaf Beneficiários: Agricultores familiares e trabalhadores rurais enquadrados nas categorias e condições definidas no MCR-10, pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável. Objetivo é apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego da força de trabalho do produtor rural e de sua família.	Grupo A
	Grupo B
	Grupo A/C
	Grupo C
	Grupo D
	Grupo E
	Agroindústria
	Floresta
	Pesca e Aquicultura
	Mulher
	Jovem
FNO-Amazônia Sustentável Objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, apoiando os empreendimentos rurais e não rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos.	Agropecuária
	Pesca e Aquicultura
	Agroindustrial
	Indústria
	Turismo
	Cultura
	Infraestrutura
	Exportação
FNO-Biodiversidade Objetivo é contribuir para a manutenção, conservação e recuperação da biodiversidade da Amazônia. Alavancar o desenvolvimento florestal da Região Norte, contribuindo para a geração de emprego e renda, reduzir a taxa de desmatamento.	Comercio e Serviços
	Floresta
FNO-MPEI Objetivo é o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, proporcionando financiamentos às micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais.	Agroindústria
	Indústria
	Turismo
	Cultura
	Comércio
	Prestação de serviços
	Agroindustriais e industriais (Exportação)

Quadro 07: Linhas de crédito com recursos do FNO.

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2014), adaptado pela autora.

A relevância das Micro e Pequenas Empresas (MPE) na economia brasileira vêm aumentando progressivamente, e segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Unidade de Gestão Estratégica “em termos agregados essa participação era de 21% em 1985, aumentou para 23% em 2001 e para 27% em 2011” (SEBRAE – UGE, 2014, p. 55).

O apoio ao micro, pequenas e médias empresas é uma das prioridades das diretrizes e nas programações anuais de aplicação dos recursos do FNO, concedendo boas condições de financiamentos, como taxas de juros mais baixas em comparação às grandes empresas, e prazos de pagamentos diferenciados (MORAIS; NEGRI; KUBOTA, 2008).

Conforme o destacado por Almeida Junior, Silva e Resende (2007), a priorização de liberação de recursos para as áreas menos desenvolvidas das três regiões parece ser uma preocupação nas programações das aplicações dos fundos. Na região abrangida pelos três fundos constitucionais de financiamento estão mais da metade (2.864) dos municípios brasileiros, sendo 449 na área do FNO, 463 na área do FCO e 1.952 na área do FNE. Dentre eles, os municípios de menos IDH-M com o maior saldo *per capita* representam 34% dos municípios na área de atuação do FNO e FNE, em contrapartida, essa estimativa é de 22% dos municípios na área de atuação do FCO.

De acordo com o Plano de Aplicação dos recursos financeiros do FNO para o exercício de 2015, o FNO foi operacionalizado através de 5 (cinco) programas de financiamento, sendo eles: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-Pronaf); Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI); e Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC).

2.6 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS SEDE DAS AGÊNCIAS OBJETO DE ESTUDO

A ocupação do espaço geográfico do estado de Rondônia teve início no século XVIII, com a fundação da aldeia de Santo Antônio pelo padre jesuíta João Sampaio, e em 1912 surgiram às cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim com a conclusão da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Na mesma ocasião foram instaladas as Linhas Telegráficas Estratégicas, unindo à cidade de Cuiabá – MT a bacia do rio Madeira. Em 22 de dezembro de 1981, pela Lei Complementar (Federal) nº 41, foi criado o estado de Rondônia, e sua cerimônia de instalação ocorreu em 04 de janeiro de 1982 (OLIVEIRA, 2009).

Segundo Oliveira (2009) no passar dos anos ocorreram no estado de Rondônia, mudanças nas condições naturais pela ação humana, além da modernização da economia regional, e disparidades regionais dos vales e da região ao longo da BR 364, onde ocorreu a maior transformação regional. Segundo o Banco da Amazônia S.A. (2016) existem 13 agências, localizadas nas cidades que mais se desenvolveram economicamente, mas essas agências tem abrangência em várias cidades vizinhas, e atendem todo estado. A região centro

sul do estado de Rondônia é atendida pelas agências localizadas nos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno e Rolim de Moura.

2.6.1. Cacoal

O povoado Cacoal teve o início de sua formação em 1972, na época em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA implantou o Projeto Integrado de Colonização Gy-Paraná e realizou a colonização regional. A região se desenvolveu rapidamente com a chegada dos colonos, o que possibilitou a criação do município de Cacoal em 11 de outubro de 1977. Nessa época, a área do município de Cacoal abrangia a Chapada dos Parecis, que foi desmembrada em 5 de agosto de 1983, para formação do município de Rolim de Moura. Quarta maior cidade do estado de Rondônia, o município de Cacoal é constituído pela cidade de Cacoal e o distrito de Riozinho, ambos criados pela Lei Federal n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977 (OLIVEIRA, 2008).

As principais atividades econômicas de Cacoal estão ligadas à agropecuária, à indústria e ao comércio. Mas este município tem se destacado no setor de serviços, principalmente de educação e saúde (PREFEITURA DE CACOAL, 2015). A tabela 01 evidencia o Produto Interno Bruto do município no ano de 2012, demonstrando as atividades econômicas com maior influência na região:

TABELA 01: Divisão do Produto Interno Bruto do município de Cacoal em 2012:

Setores	Valor adicionado bruto a preços correntes (R\$ Mil)	%
Agropecuária	212.635	16,05
Indústria	206.799	15,61
Serviços	764.645	57,72
Impostos	140.579	10,61
TOTAL	1.324.658	100,00

Fonte: IBGE (2012) adaptado pela autora.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016) a área desta sua unidade territorial era de 3.792,998 km², e sua população estimada era de 87.226 pessoas em 2015. Seu PIB per capita foi de R\$ 16.698,06 em 2012, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,718 em 2010.

2.6.2. Pimenta Bueno

A região da confluência do rio Melgaço com o rio Pimenta Bueno é povoada desde o início do século XX. No ano de 1909 é implantada na região, pela Comissão Rondon,

as Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, mas apenas em 1914 foi instalado um posto Telegráfico. Pimenta Bueno foi elevada à subdistrito do distrito de Rondônia (atual Jiparaná) em 1945. E em 11 de outubro de 1977 foi criado o município de Pimenta Bueno (OLIVEIRA, 2008).

As principais atividades econômicas de Pimenta Bueno estão ligadas à prestação de serviços, à indústria, à agropecuária e ao comércio. A tabela 02 evidencia o Produto Interno Bruto do município no ano de 2012, demonstrando as atividades econômicas com maior influência na região:

TABELA 02: Divisão do Produto Interno Bruto do município de Pimenta Bueno em 2012:

Setores	Valor adicionado bruto a preços correntes (R\$ Mil)	%
Agropecuária	88.617	12,96
Indústria	127.124	18,59
Serviços	368.526	53,89
Impostos	99.547	14,56
TOTAL	683.814	100,00

Fonte: IBGE (2012) adaptado pela autora.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016) a área desta sua unidade territorial era de 6.240,932 km², e sua população estimada era de 37.512 pessoas em 2015. Seu PIB per capita foi de R\$ 20.032,65 em 2012, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,710 em 2010.

2.6.3. Rolim de Moura

O povoado de Rolim de Moura teve início em 1979, com a implantação de uma extensão do Projeto de Colonização Gy-Paraná, realizado pelo INCRA, que distribuiu lotes de terras rurais a milhares de famílias. Rolim de Moura foi distrito do município de Cacoal até 1983, quando foi elevado a categoria de município (OLIVEIRA, 2008).

As principais atividades econômicas de Rolim de Moura estão ligadas à prestação de serviços, à indústria, à agropecuária e ao comércio. A tabela 03 evidencia o Produto Interno Bruto do município no ano de 2012, demonstrando as atividades econômicas com maior influência na região.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016) a área desta sua unidade territorial era de 1.457,888 km², e sua população estimada era de 56.242 pessoas em 2015. Seu PIB per capita foi de R\$ 15.849,18 em 2012, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,700 em 2010.

TABELA 03: Divisão do Produto Interno Bruto do município de Rolim de Moura em 2012:

Setores	Valor adicionado bruto a preços correntes (R\$ Mil)	%
Agropecuária	70.613	8,71
Indústria	212.845	26,26
Serviços	448.666	55,35
Impostos	78.435	9,68
TOTAL	810.559	100,00

Fonte: IBGE (2012) adaptado pela autora.

3 METODOLOGIA

Nesse estudo de natureza aplicada foi utilizada pesquisa exploratória e descritiva, e buscou analisar as contratações dos programas com recursos do FNO na região centro sul do estado de Rondônia no período de 2005 a 2014, tendo como objetivo análise dos resultados observados sem interferência do autor.

O método de abordagem utilizado foi misto, e quanto aos procedimentos técnicos, essa é uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de material publicado, como livros, artigos periódicos e materiais disponibilizados pelo Banco da Amazônia S.A., no portal da própria instituição financeira. Para a coleta de dados, além dos relatórios de gestão do FNO publicado anualmente pelo banco, foi realizada pesquisa de campo nas agências através de questionário formulado pela autora, e respondido por representantes da administração de cada agência.

O Objeto alvo da pesquisa foi constituído pelas agências do Banco da Amazônia S.A. que atendem a região centro sul do estado de Rondônia, localizadas no município de Cacoal, Rolim de Moura e Pimenta Bueno, e abrangem também os municípios de Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Nova Brasilândia do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Parecis, Primavera de Rondônia, Santa Luzia do Oeste e São Felipe do Oeste.

Toda essa região era abrangida a princípio pela agência de Cacoal (1980), e conforme a demanda de atendimento foi crescendo, em razão do próprio desenvolvimento da economia local, do qual foram inauguradas as agências de Rolim de Moura (2003) e Pimenta Bueno (2011) respectivamente. Por esta pesquisa abranger o período de 2005 a 2014, e dentre esses anos constar a inauguração da agência de Pimenta Bueno que passou a abranger (2012)

municípios que antes pertenciam à área de atendimento das outras duas agências, os dados colhidos foram unificados de forma a possibilitar a análise da região estudada como um todo.

As informações resultantes da pesquisa foram, conseqüentemente, organizadas e tabuladas com o apoio de planilhas do Excel, e posteriormente foram elaborados quadros, gráficos e figuras que vieram a exemplificar os dados coletados, que foram analisados e interpretados à luz do referencial teórico.

4 RESULTADOS

A área de atuação do FNO contempla os 07 (sete) estados que integram a base político-institucional da Região Norte, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios. A população atual da Região Norte é de 17 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 4,53 hab./ km² e PIB da ordem de R\$ 292,3 bilhões conforme demonstrado no quadro 08.

Estado	Extensão Territorial (km ²)	N.º de Municípios	População	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Mil)
Acre	152.581,40	22	803.513	5,27	11.440.020,07
Amapá	142.814,60	16	766.679	5,37	12.762.337,57
Amazonas	1.570.745,70	62	3.938.336	2,51	83.293.126,84
Pará	1.247.689,50	144	8.175.113	6,55	120.948.904,59
Rondônia	237.576,20	52	1.768.204	7,44	31.091.763,96
Roraima	224.299,00	15	505.665	2,25	9.027.283,52
Tocantins	277.620,90	139	1.515.126	5,46	23.778.285,99
Região Norte	3.853.327,30	450	17.472.636	4,53	292.341.722,54

Quadro 08: Área, Número de Municípios, População, Densidade Demográfica e PIB dos Estados da Região Norte.

Fonte: IBGE - Estimativa População 2015 / PIB - Base 2013.

As agências do Banco da Amazônia S.A. localizadas nos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno e Rolim de Moura, atendem a região centro sul do estado de Rondônia, composta por 14 municípios, abrangendo uma área territorial de 36.166,348 km², com população estimada de 323.024 mil habitantes, com densidade demográfica de 8,93 hab/ km² e PIB da ordem de R\$ 3,5 bilhões (quadro 09). Segundo IBGE (2016) em 2015 a área do estado de Rondônia era de 237.590,543 km², e sua população estimada era de 1.768.204 pessoas.

Considerando os dados da região centro sul do estado de Rondônia, observa-se que em 2015 a região estudada representava cerca de 18,27% da população estimada do estado de Rondônia e 15,22% de sua área. Além de representar 1,85% da população estimada da Região Norte do Brasil e 0,94% de sua extensão territorial.

Agência do Banco da Amazônia S.A.	Municípios da região centro sul do estado de Rondônia	População estimada	Área da unidade territorial (km²)	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Mil)
Cacoal	Cacoal	87.226	3.792,998	23,00	53.275,80
	Ministro Andreazza	10.823	798,083	13,56	144.542,68
	Espigão do Oeste	32.385	4.518,035	7,17	421.711,42
Pimenta Bueno	Parecis	5.697	2.548,683	2,24	71.151,25
	Pimenta Bueno	37.512	6.240,932	6,01	767.794,73
	Primavera de Rondônia	3.501	605,692	5,78	47.819,71
	São Felipe do Oeste	6.103	541,647	11,27	70.914,94
Rolim de Moura	Alta Floresta do Oeste	25.578	7.067,025	3,62	340.407,39
	Alto Alegre dos Parecis	13.940	3.958,273	3,52	182.830,35
	Castanheiras	3.617	892,842	4,05	53.275,80
	Nova Brasilândia do Oeste	21.592	1.703,008	12,68	229.121,96
	Novo Horizonte do Oeste	10.276	843,446	12,18	113.211,35
	Rolim de Moura	56.242	1.457,888	38,58	920.736,10
	Santa Luzia do Oeste	8.532	1.197,796	7,12	126.268,65
Total		323.024	36.166,348	8,93	3.543.062,13

Quadro 09: Municípios da região centro sul do estado de Rondônia.

Fonte: IBGE - Estimativa População 2015 / PIB - Base 2013.

4.1 VANTAGENS OBTIDAS PELOS BENEFICIADOS DOS PROGRAMAS FNO

A gestão do FNO tem como diretriz o tratamento preferencial e apoio aos projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como empreendedores individuais. Também adota prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos.

Projetos setoriais e espaciais considerados relevantes para o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte tem prioridade nos financiamentos do FNO, como por exemplo, os projetos nos municípios classificados pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como baixa renda, estagnada ou dinâmica.

São classificados como segmentos produtivos de menor porte os agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas de pequeno e pequeno-médio porte. Em 2014, os segmentos produtivos de menor porte contrataram 99,3% (37.883) do total das operações contratadas, o que corresponde a 61,4% (R\$3.286,7 milhões) do valor total financiado no período. A figura 01 demonstra as principais vantagens obtidas pelos segmentos produtivos de menor porte e demais beneficiários do FNO.

As contratações envolvendo programas do FNO confirmam a sua importância como instrumento propulsor do desenvolvimento sustentável da Região Norte, contribuindo decisivamente para uma melhor infraestrutura econômica e social. No exercício de 2014, as

contratações realizadas nos municípios tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa renda (BR), estagnada (EMR) ou dinâmica (DMR) totalizaram R\$ 3.734,0 milhões, absorvendo 69,7% do total dos financiamentos realizados, demandando 34.692 contratações.

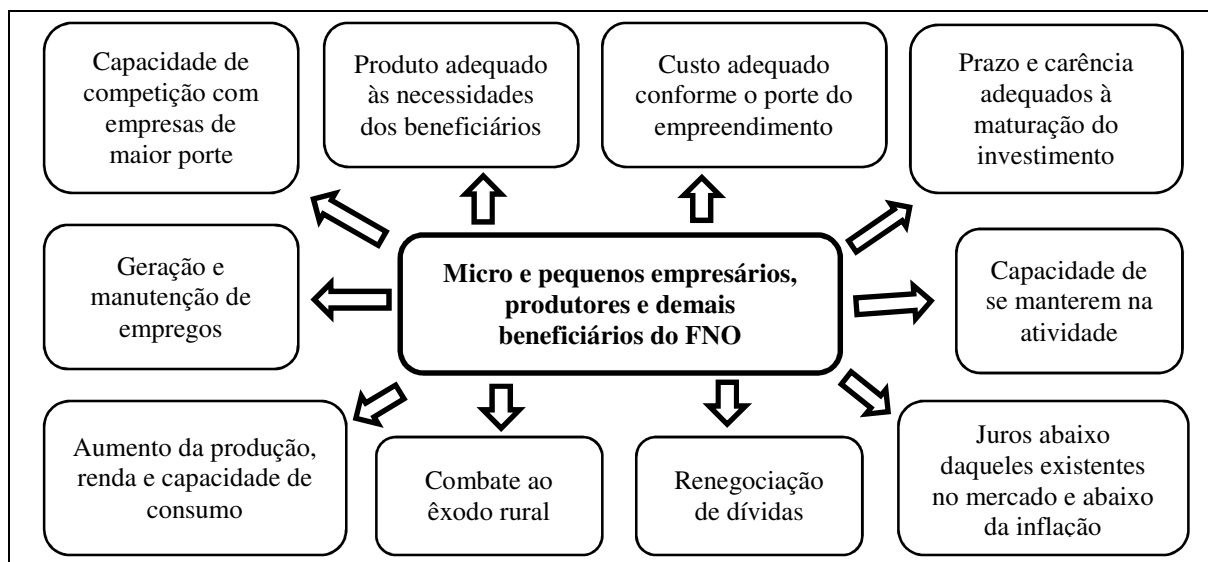


Figura 01: Principais vantagens obtidas pelos Beneficiários quanto aos programas FNO.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários da pesquisa de campo.

4.2 CONTRATAÇÕES DOS PROGRAMAS COM RECURSOS DO FNO

O Banco da Amazônia S.A. publica relatórios das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos com os recursos do FNO anualmente, apresentando o total de operações realizadas e o valor total das contratações. O quadro 10 demonstra a evolução das contratações dos programas do FNO em toda região Norte no período de 2005 a 2014.

Ano	Setor Rural		Demais Setores		TOTAL	
	No. Operações	R\$ milhões	No. Operações	R\$ milhões	No. Operações	R\$ milhões
2005	22.170	668,7	435	307,6	22.605	976,3
2006	28.751	549,4	327	436,9	29.078	986,3
2007	39.538	662,5	457	447,4	39.995	1.110,0
2008	45.039	998,9	1.220	1.054,7	46.259	2.053,6
2009	47.109	854,2	2.139	1.586,3	49.248	2.440,5
2010	40.707	958,6	2.537	1.610,1	43.244	2.568,7
2011	29.503	746,2	2.477	1.123,0	31.980	1.869,2
2012	61.617	1.709,4	5.446	2.573,2	67.063	4.282,6
2013	39.331	1.795,9	4.946	2.923,3	44.277	4.719,2
2014	32.594	2.567,3	5.578	2.789,5	38.172	5.356,9
TOTAL	386.359	11.511,2	25.562	14.851,9	411.921	26.363,2

Quadro 10: Contratações na Região Norte por setor.

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015), adaptado pela autora.

No exercício de 2005 foi contratado o total de R\$ 976,3 milhões em operações de crédito com recursos do FNO, sendo 68,5% concedidos ao setor rural, e 31,5% aos demais setores, o que demonstra um desequilíbrio na distribuição dos recursos do Fundo entre os setores produtivos nesse exercício. O valor total contratado em 2014 foi de R\$ 5.356,9 milhões, sendo 47,9% concedidos ao setor rural, e 52,1% aos demais setores, demonstrando um equilíbrio na distribuição dos recursos do Fundo entre os setores produtivos.

Considerando as contratações por atividade econômica no exercício de 2014, conforme evidenciado na figura 02, a atividade da agropecuária (R\$ 1.705,5 milhões), as atividades de comércio e prestação de serviço (R\$ 1.431,9 milhões), e a indústria (R\$ 1.172,9 milhões) absorveram 80,5% do total dos financiamentos concedidos no período, reafirmando a concentração dos financiamentos em projetos voltados a vocações regionais.

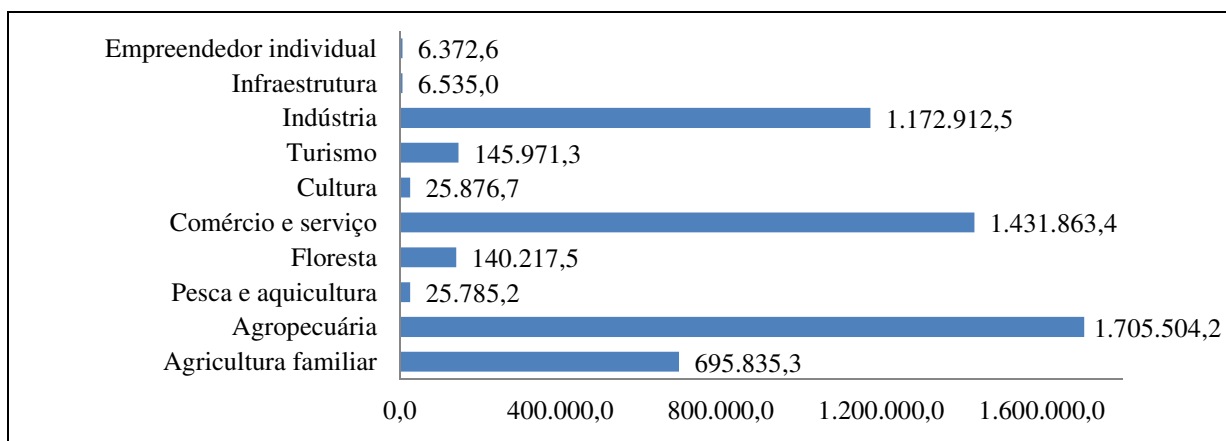


Figura 02: Contratações do FNO na Região Norte por Atividade Econômica.

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015), adaptado pela autora.

Em 2005 os programas de crédito do FNO eram disponibilizados para se adequarem ao porte, setor econômico, e até mesmo a atividade econômica do beneficiário. Analisando as contratações por programa ocorridas no período pesquisado, observa-se no decorrer dos anos os programas foram disponibilizados para se adequarem ao porte, política de manutenção e preservação ambiental, sustentabilidade, e enquadramento tributário, além da disponibilidade de um número menor de programas que abrangem um número maior de beneficiários conforme figura 03.

No período de 2005 a 2014, conforme mostra a figura 04, foi contratado na região Norte o valor total de R\$26.363,2 milhões em operações de crédito com recursos do FNO, sendo R\$ 5.637,0 milhões (21,4%) concedidos no estado de Rondônia. O valor total contratado na região centro sul do estado de Rondônia foi de R\$ 1.059,1 milhões, que

correspondem a 4% do valor total das contratações na região Norte, e 18,8% do valor total das contratações no estado de Rondônia.

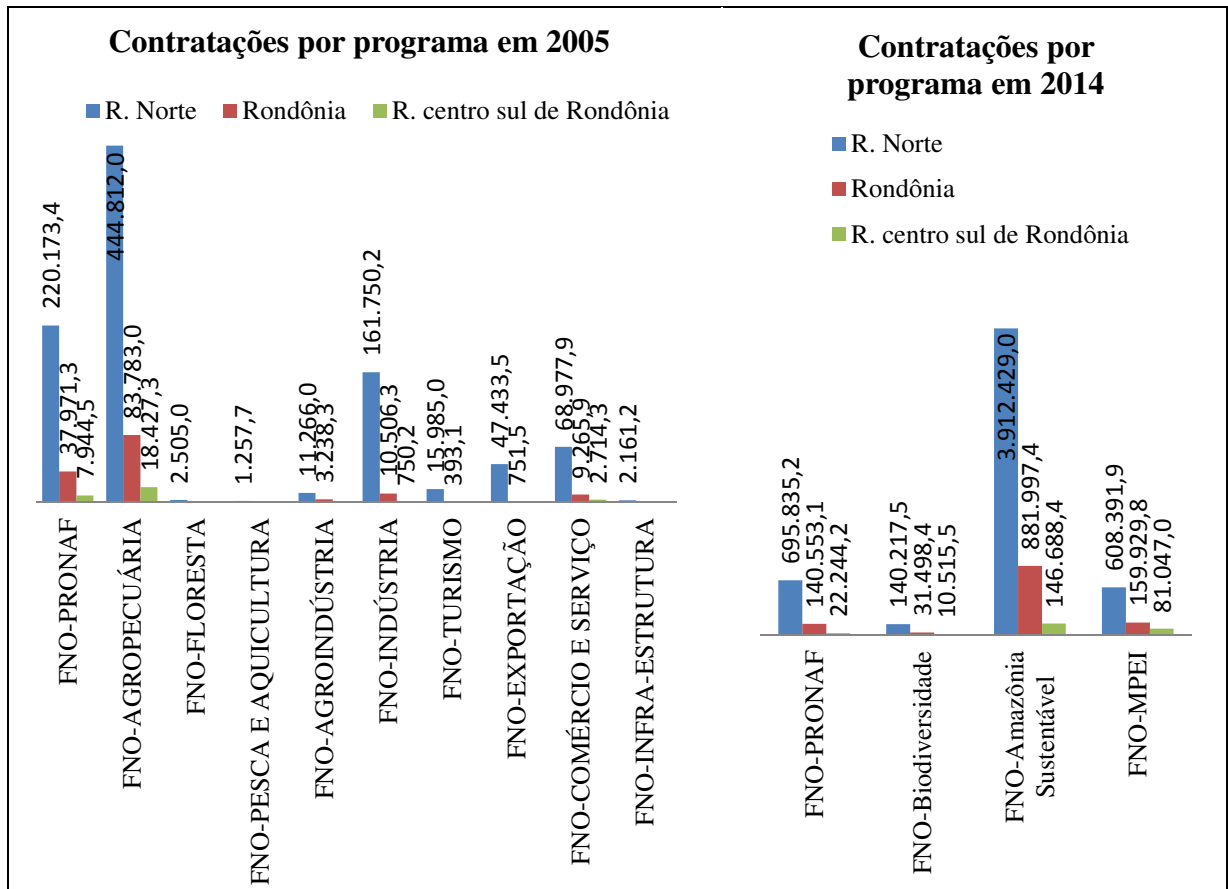


Figura 03: Contratações por programas do FNO em 2005 e 2014.

Fonte: Banco da Amazônia S.A. (2015), adaptado pela autora.

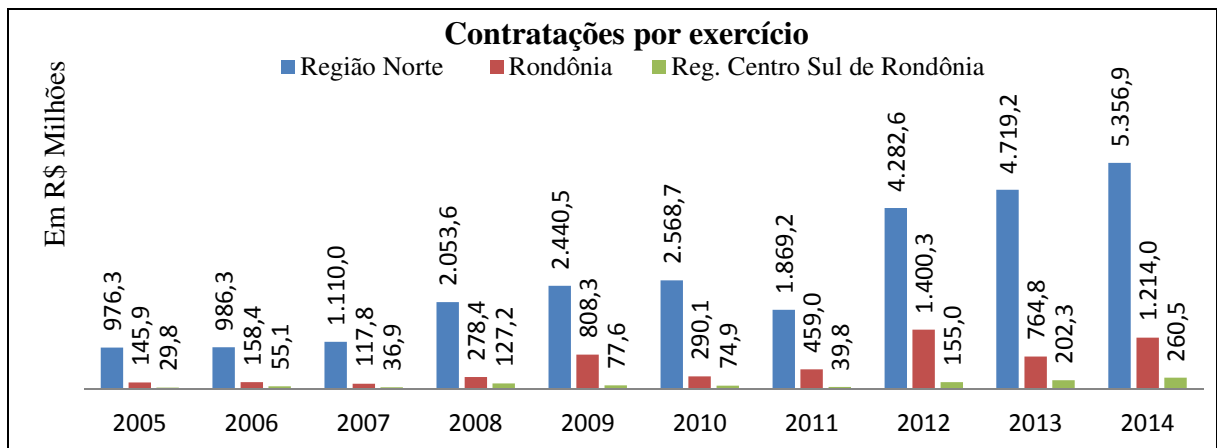


Figura 04: Contratações dos programas com recursos do FNO por exercício.

Analisando a evolução das contratações em toda a região Norte, o maior acréscimo dentro do período analisado ocorreu em 2012 e foi de 129,1%. Houve decréscimo

em 2005 (26,1%) e em 2011³ (27,23%), sendo os únicos exercícios do período a ter declínio nos valores das contratações. Já nas contratações ocorridas em todo estado de Rondônia, o maior acréscimo ocorreu em 2012 e foi de 205,1%. Houve decréscimo em 2005 (35,84 %), 2007 (25,63%), 2010 (64,11%) e 2013 (45,38%). Ao analisar a evolução das contratações na região centro sul do estado de Rondônia, nota-se o maior acréscimo ocorrido dentro do período analisado em 2012 e foi de 289,45%. Houve decréscimo em 2007 (33,0%), 2009 (39,0%), 2010 (3,5%) e 2011 (46,86%), como mostra a figura 05.

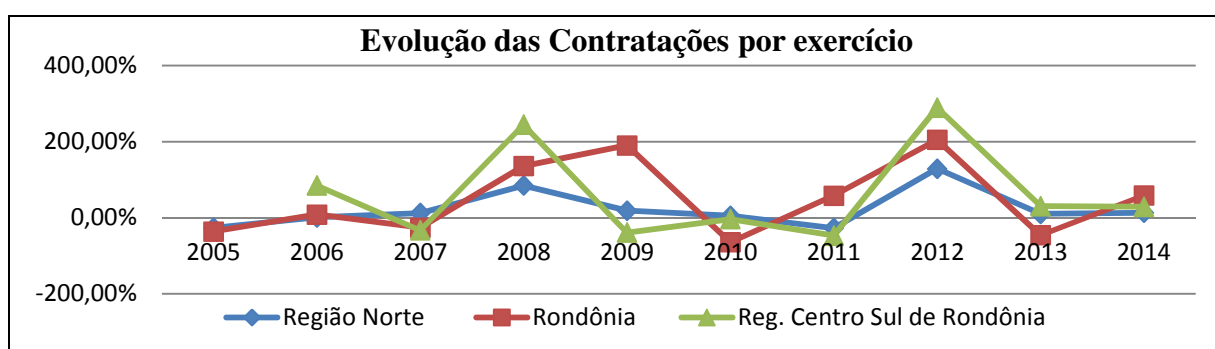


Figura 05: Evolução das contratações dos programas com recursos do FNO por exercício.

Ao observar a evolução das contratações apresentada na figura 05, é percebida a existência de variações, mesmo se comparado às três regiões no mesmo exercício. Essa ocorrência pode ser observada em 2011, quando ocorreu um acréscimo nas contratações do estado de Rondônia (58,2%), e houve um decréscimo na região Norte (27,2%) e na região centro sul de Rondônia (46,9%). E em 2013, onde houve crescimento no valor das contratações da região Norte (10,2%) e na região centro sul de Rondônia (30,5%), no entanto em Rondônia (45,4%) ocorreu um decréscimo.

Essas variações foram frequentemente positivas para a Região Centro Sul do Estado de Rondônia, tornando perceptível certa independência na evolução das contratações dessa microrregião quando comparada a evolução das contratações das Regiões maiores a qual pertence.

Ao analisar o PIB⁴ por valores correntes, houve acréscimo nas três Regiões em todos os anos, com exceção do exercício de 2006 onde a Região Centro Sul de Rondônia teve um decréscimo de 0,3%, como mostra a figura 06. A partir de 2007 a evolução do PIB da

³ Em 27/09/2011 começou uma greve dos bancários de todo o país, e a paralização durou mais de 70 dias, o que possivelmente influenciou no decréscimo nas contratações desse exercício e o crescimento do exercício seguinte.

⁴ Os dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do exercício de 2013 eram as mais recentes publicadas no site do IBGE quando essa pesquisa foi realizada. A publicação para o PIB de 2014 estava prevista para Dezembro/2016.

Região Centro Sul de Rondônia se manteve crescente, tendo em 2005, 2008 e 2012 uma evolução maior em relação à Região Norte e ao Estado de Rondônia.

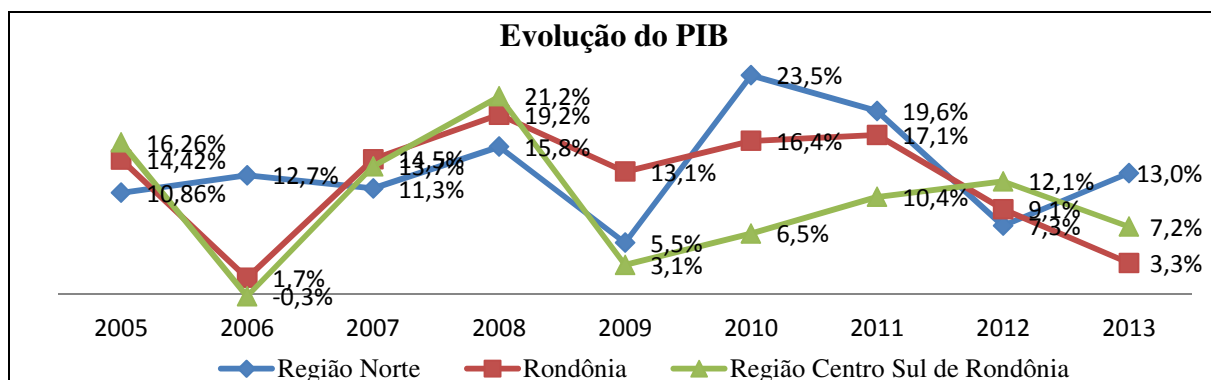


Figura 06: Evolução do PIB corrente por exercício.

Quando comparadas a evolução do PIB e a evolução das contratações da Região Centro Sul do Estado de Rondônia entre 2006 e 2013, como pode ser observado na figura 07, nos exercícios de 2008 e 2012 ocorreram as maiores evoluções no PIB e nas contratações dos programas do FNO dentro desse período. No entanto, na evolução das contratações há uma variação frequente, pois, em quatro anos houve grande crescimento, mas em compensação nos outros quatro anos houve decréscimo. Já a evolução do PIB corrente se manteve em crescimento a partir de 2006, variando entre 3,1% e 21,2%.

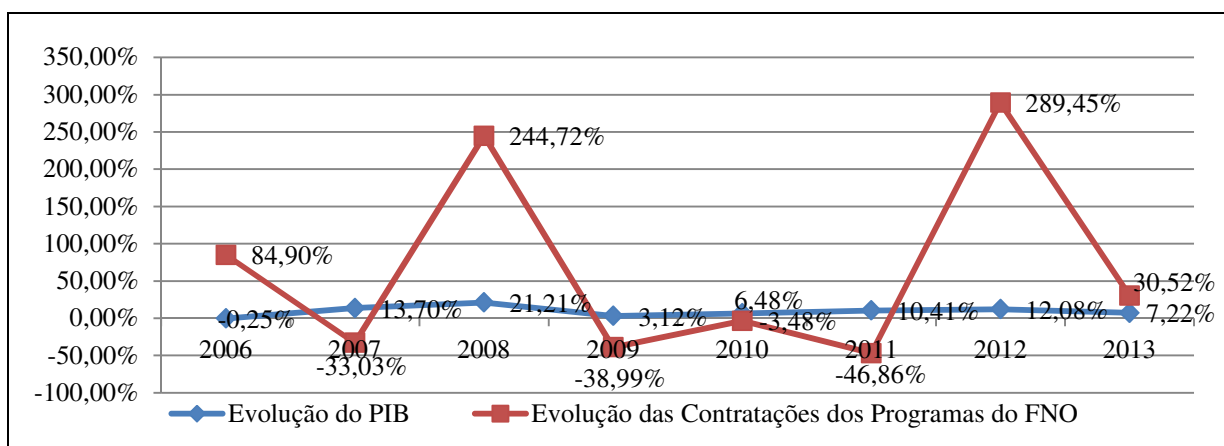


Figura 07: Evolução do PIB X Evolução das contratações dos programas do FNO.

A diferença na evolução do PIB corrente e na evolução das contratações dos programas do FNO levanta a possibilidade de a evolução da economia dessa microrregião estar influenciando na evolução das contratações, e não o contrário. Observa-se que quando houve crescimento do PIB, no ano seguinte houve crescimento nas contratações. Esse resultado pode se dar por característica própria da microrregião, que está evoluindo economicamente, e

por consequência, aproveita a oportunidade de conseguir financiar seu crescimento buscando as melhores oportunidades creditícias.

E possível indagar também sobre a eficiência da instituição financeira em se adaptar a microrregião, conseguir entender suas necessidades de financiamento a fundo, e por consequência conseguir financiar seus beneficiários de forma a conseguir contribuir de maneira mais expressiva para o crescimento da microrregião, e até mesmo impactar a evolução do PIB.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Quando analisada a evolução das contratações ocorridas no período de 2005 a 2014, observa-se uma grande evolução nos próprios programas com recursos do FNO, tanto na esfera de número e valor total das contratações, quanto na simplificação dos programas disponibilizados e aumento das vantagens aos beneficiários. Os programas passaram a abranger uma quantidade maior e mais diversificada de beneficiários, e consequentemente ter mais contratações no setor não rural, atingindo uma gama maior de atividades econômicas em toda Região Norte.

A distribuição dos recursos do Fundo entre os setores produtivos passou a ser mais equilibrada no exercício de 2014, mas analisando a evolução das contratações e os planos de aplicação de recursos, observa-se que há anos a instituição financeira trabalha no intuito de atingir e manter esse equilíbrio. As atividades econômicas que mais se destacaram nas contratações no exercício de 2014 foram à atividade da agropecuária que absorveu 31,8% do valor total contratado, as atividades de comércio e prestação de serviço 26,8%, e a indústria com 21,9%, confirmando a vocação regional para essas atividades.

As variações constantes na evolução das contratações, onde o crescimento ou decréscimo divergem para cada região, foi frequentemente favorável à microrregião, o que demonstra certo nível de independência na evolução das contratações dos programas do FNO realizadas pelas pequenas e micro regiões, o que confirma a importância desse estudo. Ao analisar a evolução das contratações anualmente, observa-se que a Região Norte teve decréscimo nas contratações em menor quantidade de exercícios e de percentual, e sua evolução no geral se manteve mais estável.

No entanto, a média aritmética da evolução dos valores contratados no período de 2006 e 2014 na Região Norte (27,58%) é inferior à média do Estado de Rondônia (58,02%) e da Região Centro Sul do Estado de Rondônia (61,78%) no mesmo período. Com base nesses

dados, pode-se afirmar que a evolução das contratações na Região Centro Sul do Estado de Rondônia não apenas acompanhou o crescimento das contratações da Região Norte e do Estado de Rondônia, que vem se destacando nos últimos anos, mais ultrapassou seu crescimento e vem adquirindo maior significância no cenário das contratações do FNO em toda Região Norte.

Não obstante, segundo Resende (2014), alguns municípios mais importantes podem concentrar investimento, atraindo capitais e trabalhadores mais qualificados das regiões vizinhas, o que pode prejudicar o desempenho econômico dos municípios menores pertencentes à mesma microrregião. Dessa forma, os benefícios sobre o crescimento econômico microrregional podem estar induzindo apenas o crescimento local dos municípios que se beneficiam de economias de escala. Contudo, para verificar se esse é o caso da região objeto alvo da pesquisa, é necessário o empreendimento de uma investigação mais detalhada.

O percentual absorvido pela Região Centro Sul do Estado de Rondônia do valor total contratado em toda Região Norte no período de 2005 a 2014, é cerca de 4% dos valores contratados através dos programas com recursos do FNO. A significância desse percentual pode ser observada quando levado em consideração o fato dessa região representar apenas 0,94% de toda extensão territorial da Região Norte. Ao comparar ao valor total contratado pelo estado de Rondônia nesse mesmo período, esse percentual chega a 18,8%, e a região representa 15,2% de toda extensão territorial do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados nessa pesquisa, é possível observar que a evolução nas contratações analisadas em uma grande região pode ser interpretada como tendência para as micro e pequenas regiões. No entanto, essa análise não pode ser considerada assertiva quando o intuito é avaliar a real eficiência da instituição financeira em promover o desenvolvimento social em toda a Região Norte. A possibilidade da evolução na economia da microrregião estar causando a evolução nas contratações deve ser considerada, pois, o aumento dos financiamentos pode ser um reflexo do crescimento econômico da microrregião. Ademais, a escassez de estudo sobre as contratações do FNO nas micro e pequenas regiões, possibilita a interpretação equivocada de que as regiões menores seguem inevitavelmente a evolução de uma região maior.

Por meio desta pesquisa, foi possível notar que, mesmo em proporção menor em relação às outras regiões maiores e mais desenvolvidas economicamente, os programas de

financiamento com recursos do FNO através da concessão de crédito, influenciaram e continuam influenciando o desenvolvimento socioeconômico na Região Centro Sul do estado de Rondônia.

Quanto às limitações da pesquisa, no decorrer dos anos as informações contidas nos relatórios gerenciais do FNO, disponibilizados pela instituição na internet através de sua página oficial, foram sofrendo mudanças quanto à quantidade, especificidade e metodologia de análise dos dados, o que dificulta pesquisas que abrangem um longo período de tempo. Como por exemplo, não foram disponibilizadas nos relatórios de todos os anos as contratações dos estados por programa do FNO, o que impossibilitou a análise das contratações no Estado de Rondônia por programa em todo período estudado.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se pesquisas nessa temática em outras minis e microrregiões em toda Região Norte, com intuito de divulgarem diferentes resultados das contribuições que o FNO vem propiciando na região Amazônica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Mansueto Facundo; SILVA, Alexandre Manoel Angelo; RESENDE, Guilherme Mendes. In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata (Org.). *et al. Ensaios de economia regional e urbana*. Brasília: Ipea, 2007. cap. 11. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: Relatório de gestão exercício de 2005, 2008, 2010, 2011, 2012**. Cacoal: 2014. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

_____. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: Prestação de contas exercício 2006, 2007**. Cacoal: 2015. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br>>. Acesso em 01 nov. 2015.

_____. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos no exercício de 2009, 2011, 2012 e 2013**. Cacoal: 2014. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

_____. **O Banco**. Cacoal: 2015. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

BASTOS, Luiza *et al.* **Banco da Amazônia 70 anos**. Belém: PLW-Projetos e Linguagens; Banco da Amazônia S.A., 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – DF, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.

_____. Lei nº 7.827, de setembro de 1989. Brasília – DF, 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 abr. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Financeira: uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **FCO, FNE e FNO fundos constitucionais de financiamento: como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar**. 2. ed. Brasília: CNI, 2013.

CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. **Elaboração e avaliação de projetos de investimentos: considerando o risco**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Roberto G. **Engenharia econômica e avaliação de projetos de investimentos: critérios de avaliação: financiamentos e benefícios fiscais: análise de sensibilidade de risco**. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. Cacoal: 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mai. 2015.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia de pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MELO, Herbart dos Santos (Org.); LEITÃO, Leonardo Costa (Org.). **Captação de Recursos: Coletânea de instituições nacionais e internacionais com linhas de financiamento para elaboração de projetos**. Fortaleza: SEBRAE/CE, 2007.

MORAIS, José Mauro; NEGRI, João Alberto (Ed.); KUBOTA, Luis Claudio (Ed.). **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2008, cap. 10, p. 389-433. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 09 Dez. 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. 31. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Ovidio Amélio de. **Geografia de Rondônia: Espaço e Produção**. 4. ed. Porto Velho/RO: Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda., 2009.

_____. **História Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia**. 7. ed. Porto Velho/RO: Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

PREEITURA DE CACOAL. Cacoal: 2015. Disponível em: <<http://www.cacoal.ro.gov.br>>. Acesso em: 01 Mai. 2015.

RESENDE, Guilherme Mendes. **Avaliação dos impactos regionais do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte entre 2004 e 2010**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. (Texto para discussão, n. 1973). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 12 Dez. 2015.

_____; SILVA, Diego Firmino Costa da; SILVA FILHO, Luís Abel da Silva. **Avaliação dos efeitos econômicos dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste: uma análise por tipologia da política nacional de desenvolvimento regional**

entre 1999 e 2011. Brasília, DF: IPEA, 2015. (Texto para discussão, n. 2145). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2016

SILVA, Alexandre Manoel Ângelo; RESENDE, Guilherme Mendes; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Uma Avaliação da Eficácia do FNE, no período 1995-2000. **Análise Econômica**, ano 25, n.47. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/>>. Acesso em: 14 Dez. 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Unidade de Gestão Estratégica – UGE. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Brasília – DF: 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI. Departamento Nacional – DN. **Guia para financiamento de projetos**: estrutura e fontes de recursos. 2. ed. Brasília – DF: SENAI-DN, 2005.

SOUZA, Acilon Batista de. Análise de projetos de investimentos para concessão de crédito: Ponto de vista do agente financeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança (CGG)**, v. 4, n. 1, Brasília – DF, 2001. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/>>. Acesso em: 11 Dez. 2015.